

CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE METODOLÓGICO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA (*)

Maria do Carmo Corrêa Galvão

Departamento de Geografia - UFRJ

Abstract - The methodological question in Agrarian Geography is part of the general theoretical and conceptual problematic in Geography as a whole but also involves parameters specific to agriculture as an extensive activity determined by farmer decision-making as a point-focussed process rather than a spatial process. An important theoretical contribution to Agrarian Geography is a more complete view of countryside-city relationships which goes beyond a simplistic mercantil interpretation and examines the mutual and reciprocal perceptions of rural and urban communities of one another. By so examining the different images and values employed by country and city people in their different perceptions of the world one can better comprehend what agrarian means in Geography.

Resumo - A questão metodológica em Geografia Agrária insere-se na problemática conceitual-teórica da Geografia como um todo, acrescida de variáveis que lhe são peculiares, em decorrência da própria agricultura como atividade que se realiza em extensão, a partir de uma determinação pontual mas não espacial - a decisão do produtor. As relações campo-cidade, vistas não apenas sob o prisma puramente mercantil, mas na ótica da percepção mútua e recíproca da comunidade rural e urbana, podem representar contribuição importante à discussão teórica da Geografia Agrária. Imagens e valores construídos pelo homem do campo e da cidade, a partir daquela percepção, são apontados como possíveis vias de abordagem e entendimento do agrário em Geografia.

INTRODUÇÃO

A preocupação com o desenvolvimento da Investigação em Geografia Agrária e sua renovação metodológica vem mobilizando a atenção e o esforço de pesquisadores em diferentes centros universitários do país voltados para aquela área de especialização, alcançando nos Encontros Nacionais de Geografia Agrária, realizados a cada dois anos, um campo fecundo de reflexão e discussão.

A partir da primeira reunião realizada em Salgado (Sergipe) em 1978 — o ano das grandes revisões e questionamentos dos Geógrafos Brasileiros quanto aos rumos a serem assumidos pela Geografia no país — os

Encontros de Agrária se constituíram num fórum permanente de debate sobre a matéria, promovendo e estimulando o desenvolvimento da pesquisa em Geografia Agrária, e com isso, o surgimento de novos geógrafos voltados para o seu estudo e novas questões a serem investigadas.

Um rápido relance sobre os textos de Documentos Básicos e de Comunicações, publicados nos Anais dos Encontros, traz à tona a trajetória percorrida e, sob nuances várias, as diferentes preocupações que nortearam os temários, levantando a cada reunião as questões mais candentes da problemática agrícola brasileira, na ótica da Geografia.

(*) Apoio do CNPq e FINEP. Reformulação parcial de trabalho originalmente intitulado "Contribuição ao Debate sobre Teórico-Metodológicas para a Geografia Agrária", apresentado em Mesa Redonda do 8º Encontro Nacional de Geografia Agrária, Barra dos Coqueiros, SE, dezembro de 1987

Não cabe aqui qualquer análise mais acurada da matéria, mas sim o seu registro, pelo muito que representa como expressão concreta de uma conscientização cada vez mais profunda da Geografia Agrária no que diz respeito à duas questões fundamentais: de um lado a sensibilidade e sintonia em relação aos problemas que angustiam não apenas o setor rural, mas a sociedade como um todo em resposta ao rural, e de outro, a preocupação com os avanços da própria Geografia Agrária em termos conceituais, metodológicos e pragmáticos.

Certamente não foi casual o fato do I Encontro ter tido como fio condutor a temática conceitual metodológica, vista naquele momento sob os títulos: "A Questão Agrária", "Metodologia da Pesquisa em Geografia Agrária", e "A Universidade e a formação do geógrafo agrário no Brasil".

Aquela preocupação reaparece em diferentes Encontros com indagações mais profundas e mais definidas, geradas no próprio exercício da investigação. No VII Encontro (1987), novamente em Sergipe, ela se corporifica na temática dos painéis "Novas perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária" e "Problemas teórico-metodológicos da Regionalização Agrária", arguindo marcos teóricos e balisamentos operacionais de grande significado.

Vale, portanto, enfatizar a preocupação que a cada Encontro se renova, ampliada e fortalecida, e tomar esse fato como ponto de partida para as nossas reflexões.

PRESSUPOSTOS PARA A DISCUSSÃO EM PAUTA

Não se ajusta aos propósitos imediatos deste documento uma retrospectiva analítica circunscrita dos caminhos ou descaminhos trilhados pela Geografia Agrária em sua evolução histórica, geral ou no Brasil. Outros geógrafos já o fizeram com grande propriedade, em diferentes escritos, e algumas dessas contribuições encontram-se arroladas na Bibliografia, ao final deste trabalho.

Convém lembrar, por outro lado, que a questão metodológica em Geografia Agrária há de ser vista no bojo da problemática teórico-conceitual da Geografia como um

todo, não obstante as especificidades que lhe conferem identidade dentro da ciência geográfica, e que requerem elaboração bastante trabalhosa em termos de referenciais analíticos.

Inserem-se aí peculiaridades da própria agricultura como atividade que, em sua organização e estrutura, envolve uma grande diversidade de variáveis inerentes a um sistema físico só realizável em extensão, ao qual se acopla, de maneira espacialmente diferenciada, todo um sistema social que se concretiza sob forma pontual, a partir da decisão do produtor.

Guardadas porém estas e outras condições de complexidade peculiares à agricultura que agudizam o equacionamento de postulados metodológicos em Geografia Agrária, passou ela pelos mesmos anseios, indagações e percalços a que se expôs o pensamento geográfico ao longo de seu percurso no tempo e no espaço.

É dentro desse contexto que serão aqui explicitados, como cortes efetivamente representativos, apenas dois momentos específicos do processo de renovação da Geografia no Brasil, nos últimos vinte anos. A eles se articulam a compreensão e a projeção de novas perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária neste fim de século, representando, a meu ver um terceiro momento ainda emergente daquele processo permanente e contínuo.

O primeiro momento é sem dúvida o da revolução teórico-quantitativa a que a Geografia brasileira parcialmente se entregou nos anos 70, na busca de embasamentos teóricos sólidos e operacionais, e de uma linguagem universal de comunicação e entendimento com outros campos do saber, viabilizada por técnicas quantitativas e modelos conceituais matemático-estatísticos.

O segundo momento é o da contestação e revisão crítica do primeiro, fundamentada no materialismo histórico e dialético, e que, já tendo caminhado bastante em importantes centros culturais do mundo e em alguns pontos do Brasil, explode entre nós com toda força e vigor no 3º Encontro Nacional de Geógrafos - o "Encontro de Fortaleza", em 1978, que marca definitivamente a história da Geografia no país.

Opostas e excludentes quanto à conceituações filosóficas e referenciais analíticos, mas não necessariamente quanto à processos operacionais, as duas correntes ganham corpo e fôlego num confronto inicialmente acirrado e cego. Paralelamente a elas, ou como pano de fundo estrutural, a Geografia tradicional se questiona, cresce, e amadurece, sob impacto de novos postulados que a atingiriam sem arrebatá-la, e por essa razão são incorporados de maneira crítica às suas preocupações metodológicas. No processo de crescimento e expansão competitiva/distorcida entre as duas correntes, não fogem elas ao risco de posturas extremadas e inflexíveis, típicas de um determinismo tão condenável quanto o de Ratzel ou Semple - o técnico-quantitativo e o marxista radical.

A preocupação em "acertar", "provar", "teorizar" - levada às vezes ao extremo, e nem sempre vasada em marcos teóricos devidamente conhecidos e assimilados - perpassa alguns trabalhos realizados entre nós nos últimos anos.

Distorções do real por interpretação preconcebida ou relações não identificadas nem apreendidas, no alã da exatidão ou da teoria, prejudicam a pesquisa. Um certo *déjà vu* se implanta e se arrasta na Geografia, trazendo consigo desencato e abatimento para uns ou acomodação para outros, mas também estímulo e reação para tantos mais, na busca de novos rumos e novos caminhos que são a base e a mola de quaisquer avanços do saber.

É portanto profundamente auspiciosa (e não desanimadora), a revisão metodológica que se percebe hoje na geografia brasileira e que se vem manifestando nos Encontros de Geografia Agrária. Nela se encontram as diversas correntes de pensamento desenvolvidas entre nós, e nela se evidencia a tomada de consciência de que problemas não resolvidos na investigação científica exigem aprimoramento do arcabouço metodológico utilizado, e uma preocupação constante com sua adequação à dinâmica específica do objeto focado. O ponto a que hoje chega a Geografia configura-se, assim, como um novo ponto de partida, abrindo campo e espaço para novas questões e outros tantos desafios.

Fonte geradora de alimentos e matéria prima de artefatos, - dos mais elementares implementos e utensílios das sociedades primitivas aos mais sofisticados produtos da sociedade industrial - a agricultura desempenha papel de fundamental importância no processo de desenvolvimento do mundo moderno como matriz supridora de força de trabalho e de capital para outros setores da economia, e como mercado de consumo para bens industriais e serviços. Inquestionável é o seu significado para todos os povos, em todos os tempos e em todos os continentes.

No Brasil, que não mais se define como país essencialmente agrícola, a agricultura persiste como setor vital do crescimento econômico e desenvolvimento social. Nem um só segmento já ocupado deste imenso território pode ser considerado inteiramente isento de alguma vinculação - passada ou presente, direta ou indireta - com a agricultura.

Não se esgotaram com o tempo as funções exercidas pela agropecuária, quer como atividade desbravadora, quer como fonte produtora de riquezas para o mercado mundial, quer como força de impulsão à economia de mercado com base no setor urbano-industrial.

Ao papel inicial por ela desempenhado no processo de incorporação e apropriação do território e formação de sua soberania como nação, acrescente-se sua função como atividade responsável por cota expressiva do produto interno bruto e elevada participação na pauta de exportações, contribuindo sobremaneira para o posicionamento do país como potência econômica mundial.

Não há como negar, por conseguinte, o significado social, econômico e político da agricultura no Brasil moderno, atribuindo-lhe peculiaridades de atraso responsáveis pelo subdesenvolvimento; nem há como reduzir ou questionar sua importância como objeto de interesse para a Geografia. Como ciência da organização do espaço a ela compete produzir pesquisas que possam contribuir para um conhecimento mais pleno da realidade agrária

do país e dessa forma participar da formulação de soluções alternativas adequadas para os seus problemas.

Tendo representado setor de ponta em várias instituições de pesquisa geográfica do país por mais de trinta anos, com uma produção de trabalhos de valor inestimável, os estudos agrários foram superados pelos urbanos nos anos 60/70, refletindo tal fato o próprio processo de transformações e redefinições no sentido de uma economia urbano-industrial.

Na atual conjuntura de crise com que o país se defronta, e que deve ser vista não apenas em sua dimensão nacional, mas em escala mundial, a agricultura é novamente chamada a desempenhar papel de destaque e para ela se voltam as atenções de toda a sociedade. Como fonte produtora de bens de exportação, é ela acionada pelo Estado através de políticas de fomento e crédito subsidiado, objetivando o equilíbrio da balança comercial indispensável à retomada do crescimento. Novos espaços e novas conquistas tecnológicas ampliam e consolidam o papel do setor agropastoril. O quadro agrário se dinamiza e se transforma articulando-se ao sistema urbano-industrial, enquanto novos empreendimentos, problemas e desafios a ambos se interpõem.

Sob tais impulsos revitalizam-se os estudos de Geografia Agrária voltados para uma compreensão abrangente do processo de transformações em curso, assumindo novas concepções do espaço agrário, em que o rural e o urbano se articulam e interagem.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E RELAÇÕES CAMPO/CIDADE

No panorama de crescimento conturbado, confuso, desigual e contraditório que caracteriza o Brasil da atualidade, diferentes formas de polarização se concretizam no espaço, criando modalidades novas de relações entre setores da produção, grupos sociais e empreendimentos organizacionais.

Grande mobilidade espacial do capital e do trabalho atinge indiscriminadamente o campo e a cidade, enquanto a urbanização, sob dimensão e contornos particulares, se amplia e se expande no espaço rural.

Os problemas da agricultura deixam de ser de interesse exclusivamente seu, passando a atingir outros setores da economia e diferentes segmentos da sociedade. Neles são envolvidos a vida urbana como um todo, e, de forma mais específica determinados empreendimentos industriais, comerciais ou de transporte, de diversas categorias, e muitos outros setores da organização social.

A compreensão dos problemas agrários passa a exigir, de forma cada vez mais premente, uma análise ampla e cuidadosa das relações entre o rural e o urbano, visto não estarem tais problemas circunscritos apenas à sua área de ocorrência - o campo. Suas raízes são mais profundas e suas origens mais extensas e complexas, corporificando interferências várias de fatores, agentes e forças de impulsão ou inércia - internas ou externas ao quadro rural no qual se manifestam.

O pressuposto, implícito ou explícito, das relações campo/cidade se impõe por si mesmo em qualquer estudo sobre a agricultura no mundo contemporâneo. Constituinte ponto de interesse e debate para diversas ciências, tais relações têm sido abordadas preferentemente do ponto de vista econômico, e quase somente sob o ângulo das relações de mercado expressas pelo consumo.

Para a geografia agrária, entretanto, a relação campo/cidade tem muitas outras conotações, constituindo referencial básico imprescindível, seja para o estudo da agricultura enquanto atividade produtiva, seja para o estudo da população nela envolvida enquanto agente de produção, seja ainda para a compreensão do próprio espaço agrário, enquanto segmento individualizado de um contexto espacial maior no qual se insere. Assume-se aqui que o espaço é uma totalidade real e concreta, produzida ou construída pelas relações dos homens entre si e com a natureza, e internamente diferenciada por força da divisão social e territorial do trabalho. O espaço agrário define-se, então como um sub-espaço integrado àquela totalidade por vínculos específicos de interação, num processo contínuo de transformações.

Coerente com essa concepção, o espaço

agrário identifica-se por peculiaridades de organização, geradas não apenas pelas atividades produtivas nele exercidas num determinado momento, mas também por efeito de ações externas e ele, anteriores àquelas mesmas atividades e consubstanciadas na natureza socialmente transformada pelo homem, e co-participantes dessa transformação.

Articulando-se assim ao urbano por laços de interação que corporificam os mais diversos tipos de funções entre os dois espaços, o agrário não perde sua identidade nem se esvazia de conteúdo, próprio que constitui objeto específico de atenção da geografia agrária.

Há que se reconhecer na multiplicidade de funções embutidas nas relações campo/cidade, na diversidade de escalas em que elas se realizam e na riqueza de sua dimensão espacial e histórica, importantes questões de estudo que demandam novos caminhos e novos enfoques conceituais-metodológicos a serem explorados na pesquisa geográfica.

A medida em que se integram ao urbano, mais dinâmicas e complexas se tomam as relações do campo e mais estimulantes os seus estudos, carregados de tensos desafios.

A INTERAÇÃO CAMPO / CIDADE NO DEBATE GEOGRÁFICO

Na ótica da geografia agrária, relacionamentos mais amplos e mais complexos que os puramente mercantis compõem o tecido coeso e articulado construído pela interação campo/cidade, e que, a meu ver, pode ser delineado sob duas questões ou indagações de base: (a) o que o campo e a cidade dão e recebem um do outro, e (b) como o campo e a cidade se vêm um ao outro, e o que esperam um do outro. Troca, avaliação e expectativa mútuas definem e sintetizam as relações expressas naquelas questões, que em sua essência estão intimamente envolvidas umas nas outras e basicamente subordinadas à percepção.

Nesse envolvimento, transformam-se ao longo do tempo os tipos de relações e o espaço em que elas se dão, não só por serem elas o reflexo dos modos de produção que

articulam o constróem o espaço, mas também por serem o produto da percepção que altera parâmetros e valores dessa construção.

É nessa relação que podemos encontrar as funções, atributos e articulações do campo e da cidade, desde a geração de excedentes alimentares como ponto inicial da divisão social e territorial do trabalho, a que se prende o nascimento dos aglomerados urbanos, até as relações sofisticadas e complexas que hoje articulam os dois setores.

Relações de troca entre o rural e o urbano

Nas relações entre o rural e o urbano, a relação de mercado emerge de imediato, como ocorrência natural em qualquer sociedade economicamente organizada.

Tal relação se realiza tanto ao nível global do Sistema produtivo, que envolve produção, circulação, distribuição e consumo, quanto na esfera dos fatores de produção - capital e trabalho - incluindo-se aí a tecnologia.

Produzindo alimentos e matérias primas industriais, bem como capital e força de trabalho indispensáveis às atividades urbanas, o campo assume paralelamente o papel de mercado consumidor de produtos industrializados e serviços urbanos, necessários tanto ao produtor quanto à produção agro-pastoril.

Questões operacionais da produção rural, que exigem investigações e tecnologias avançadas para o atendimento adequado do consumo urbano, constituem atribuições assumidas pela cidade, a quem cabe resolvê-las e difundí-las. Sob esse ângulo um novo circuito de relações campo/cidade se instala, pressupondo esforço e ajustamento recíprocos.

Nesse contexto, campo e cidade se realimentam e se complementam, mas não em condições de reciprocidade ou igualdade. A cidade assume posição preponderante, e até mesmo dominante, determinando, através de sua demanda, o que, o quanto e como o campo deve produzir. A subordinação do campo à cidade assim se concretiza, não obstante sua função geratriz de muitas riquezas manipuladas e usadas pela cidade.

As relações de dominação/subordinação entre a cidade e o campo não excluem

associações ou alianças entre ambos, efetuadas em proporções muito variáveis em função de interesses específicos e de condições peculiares a determinados momentos e espaços.

A variedade e diversidade de interesse refletem, por sua vez, a diversidade de óticas do campo e da cidade, vale dizer, a diversidade de percepção de ambos.

Avaliação e expectativas entre campo e cidade

Na imagem que o campo e a cidade constroem de si mesmos e de seu comparsa, e nos valores que em função dessa imagem se atribuem mutuamente, podemos encontrar explicação para relações extremamente diversificadas, contraditórias, e por vezes incoerentes, assumidas por esses dois segmentos. Imagens e valores originam-se da percepção e constroem-se de maneira diferenciada, no tempo e no espaço, em consonância com o processo histórico de organização social. Alteram-se em sua forma e conteúdo ao longo do tempo, e nesse contexto alteram também aquelas relações, levando a que valores de uso se sobreponham a valores de troca.

É assim que, incorporando a percepção como processo mental, imagens e valores dão respaldo a tipos de ações - individuais, coletivas, corporativas ou associativas, particulares ou oficiais, privadas ou públicas -, que refletem modalidades diferenciadas de postura em relação, tanto à produção, do ponto de vista econômico e social, quanto ao processo produtivo como fato biológico em íntima vinculação com a natureza, ou ainda quanto à estratégias mais amplas de desenvolvimento e gestão do território, englobando o rural e o urbano.

Ao nível de ações individuais ou corporativas, mas de caráter privado, o movimento de compra e venda de terras rurais representa modalidade significativa e espacialmente diferenciada de percepção e avaliação do espaço no processo de relacionamento campo/cidade. Situa-se nesse quadro (a) o parcelamento de glebas rurais em lotes residenciais permanentes para população ligada à atividades urbanas ou

rurais, promovendo a formação de aglomerados urbanos em meio ao espaço rural; (b) a aquisição de lotes rurais como sítios de lazer para população urbana com diferentes níveis de renda; (c) a compra de terras rurais por profissionais ou empresários urbanos como alternativa de investimento de capital acumulado no circuito urbano.

Ao nível de ações coletivas ou associativas - particulares ou oficiais -, movimentos ecológicos originados na cidade em defesa do meio ambiente rural traduzem formas específicas de percepção e avaliação de recursos do campo pela cidade, como produto de uma efetiva interação rural/urbana.

Ao nível de ações governamentais, propostas bastante diversificadas e contraditórias refletem as posturas que lhes dão suporte e a ênfase com que são implementadas. Dentre elas cabe referir (a) a valorização da agricultura como fonte geradora de divisas estimulando o crédito subsidiado, (b) a concepção urbana da agricultura como setor retrógrado e de resistência ao desenvolvimento direcionando opções de política agrícola, (c) a reforma agrária como instrumento de ampliação e expansão do mercado interno ou como aparato de contenção do êxodo rural. Tais situações são testemunhos expressivos da diversidade de percepções derivadas da interação campo/cidade.

Ao nível de estratégias de desenvolvimento ou gestão do território, diferentes tipos de ações promovidas pelo estado ou diferentes agentes privados são altamente significativas como evidências de percepção e interrelações rural/urbanas. Al se enquadraram, entre outros instrumentos de ação, políticas públicas de desenvolvimento integrado englobando o rural e o urbano, bem como ações de grandes corporações agro-industriais, empresas de prestação de serviços ou rede de supermercados que, implantando no campo atividades e setores da mobilização de capital e trabalho, articulam cidade e campo, numa escala até mesmo mundial, controlando e manipulando sua interação.

Os exemplos de ações e posturas, aqui referidos sucintamente, constituem modalidades concretas de percepção e avaliação do rural e do urbano que se

reproduzem nas relações campo/cidade e sob este aspecto parecem significativos como novos enfoques para estudos de geografia agrária.

CONCLUSÃO

As idéias aqui expostas não representam um trabalho definitivo ou concluído, mas apenas um ensaio incompleto e inacabado sobre as relações campo/cidade na ótica da percepção em geografia agrária.

Suscitadas, inicialmente, pelo preparo de uma palestra sobre o tema para professores do ensino médio, inscritos no Projeto Fundação da UFRJ, e alinhavadas numa comunicação apresentada ao VI ENGA em Garanhuns, as questões em debate foram repensadas e reanalisadas na elaboração do trabalho discutido em Mesa Redonda do VIII ENGA, em Barra dos Coqueiros, Sergipe, em 1987.

Espero que sua publicação venha a suscitar questionamentos, dúvidas, indagações ou contestações, vale dizer, reflexões no sentido de seu amadurecimento como contribuição ao debate sobre novas perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária.

Quer me parecer que a relação campo/cidade, analisada pelo prisma da percepção, pode representar uma alternativa de importância para a problemática da geografia agrária, propiciando novas pistas para suas investigações.

Vale ressaltar a relevância da "percepção" como referencial teórico, e a importância de sua utilização por alguns geógrafos que entre nós já vêm dedicando uma atenção especial ao tema, em estudos e reflexões que abrem novos horizontes para o desenvolvimento científico da Geografia.

Sua aplicação na geografia agrária será altamente significativa, podendo propiciar um melhor equacionamento de questões ainda não resolvidas, dentre as quais a do "ajustamento" (?) entre a decisão pontual (do produtor) e a dimensão espacial (da produção), que constituem um dos seus grandes entraves metodológicos. A própria compreensão do "ato decisório" do produtor será certamente clareada na discussão da percepção.

No bojo dessa preocupação, outras lógicas - que não necessariamente, ou apenas, os da complementaridade funcional ou da acumulação -, poderão ser assumidas como instrumental analítico significativo para a compreensão do complexo e complicado processo de construção do espaço (agrário, no caso) que procuramos entender através da geografia, e que, na dinâmica de suas transformações desafia, com frequência, leis e princípios já consagrados da economia, da política e também do capital.

Que as discussões da matéria possam se encaminhar no delineamento de novos rumos para estudos e investigações em geografia agrária, é o que efetivamente desejo e espero.

BIBLIOGRAFIA

- CERON, A.O. e GIRARDI, L.H. de O. (1979) - Geografia Agrária - Metodologia da Pesquisa. Boletim de Geografia Teórica, vol. 9, nº 17 e 18.
- COELHO, M.C.N. (1986) - Notas introdutórias à discussão das relações cidade/campo no Estado do Rio de Janeiro. In BERNARDES, J.A. (coord.), Rio de Janeiro - painel de um espaço em crise, Dept^o de Geografia, UFRJ.
- DINIZ, J.A.F. (1973) - A renovação da geografia agrária no Brasil. Simpósio Renovação da Geografia, AGB, XXV Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro.
- GALVÃO, M.C.C. (1985) - A relação campo/cidade no estudo do espaço agrário. VI Enc. Nac. de Geog. Agrária, Garanhuns, PE.
- GUSMÃO, R.P. (1978) - Os estudos da geografia rural no Brasil - Revisão e Tendências. III Enc. Nac. de Geógrafos, Fortaleza.
- KELLER, E. (1982) - Diretrizes e prioridades das pesquisas agrárias. 2^o CONFEGE, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, L. (1977) - Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica. Geografia, 2(3), abril, Rio Claro.
- OLIVEIRA, L. (1983) - A Percepção da Qualidade Ambiental - A Ação do Homem e a Qualidade Ambiental. Câmara ARGEO, Rio Claro.

PAIVA, R.M. (1975) - Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura - uma reformulação. Rev. do IPEA, 5(1).
SANTOS, M. (1985) - Espaço e Método. Nobel, São Paulo.
TUAN, Y.F. (1980) - Topofilia, um Estudo da

Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. DIFEL, São Paulo.
TUAN, Y.F. (1983) - Espaço e Lugar, a Perspectiva da Experiência. DIFEL, São Paulo.